

MUNDIALIZAÇÃO, MUNDO LUSO E A GLOBALIZAÇÃO(*)

(**) Darc Costa

No nordeste do Brasil, dizem que nada pode mais atrapalhar uma boa idéia que um mau pensamento, mas, lá, também, se diz, que nada mais pode atrapalhar um fato que a versão do fato, ou o seu discurso.

Sempre que há um fato, há pelo menos um discurso. O fato é aquilo que se constata, o discurso é aquilo que se pode manipular.

Todo fato tem, pelo menos, uma versão, que resulta de um pensamento, que elabora um discurso. Portanto, distinguir entre o fato e o discurso é importante. A distinção entre mundialização e globalização é fundamental para o entendimento do texto. A mundialização é o fato, a globalização é um discurso.

Começamos falando sobre o fato, pois o fato, a mundialização, tudo tem a ver com o mundo luso. A mundialização resultou de um projeto concebido e implementado por Portugal e envolveu o reconhecimento da África, a descoberta da América e a criação do permanente acesso à Ásia. A mundialização foi e é a interação permanente de culturas e de mercados e começou efetivamente a acontecer, há pouco mais de quinhentos anos, com a busca pelos portugueses de um caminho marítimo para as Índias.

A chegada de Vasco da Gama à Índia deu início à mundialização, pois foi o marco inicial da interação permanente de culturas e de mercados. Desde então, a mundialização é um processo que crescentemente ganha passagem.

Mas porque foi Portugal o demiurgo inicial deste processo? Porque, em todo o Ocidente, foram os lusos aqueles capazes de projetar e construir algo muito além do mundo então conhecido? Porque foram os portugueses aqueles que unindo seu mundo com o desconhecido elaboraram um mundo novo fazendo a mundialização?

A melhor das explicações é aquela que vincula a resposta à própria gênese de Portugal. Na verdade, a mundialização foi e está sendo o propagar, o crescer, da tolerância, da convivência entre alternos, algo que constituiu Portugal e que, desde os descobrimentos, tem sido levado a outros recantos e continentes.

Os mais antigos sinais da presença humana em Portugal compõem-se também de ossadas de tipo próximo ao do chamado "Homem de Neanderthal". Essas ossadas, em especial, as encontradas em Furninhas, ensejaram a construção de teorias que enfatizam o caráter particular e único dos primeiros habitantes de Portugal¹.

Pouco se sabe das culturas primitivas que há mais de três mil anos trabalhavam o bronze e habitavam o espaço onde hoje se situa Portugal. Sabe-se, contudo, que no primeiro milênio antes de Cristo, os celtas penetraram na Ibéria, perpassando a cadeia dos Montes Pirineus e por pressão chegaram aa margens do Oceano Atlântico. Os celtas trouxeram a fundição do ferro e a fabricação de armas e outros objetos do mesmo metal ao Vale do Tejo. Os fenícios e, mais tarde, os cartagineses também influenciaram fortemente o sul de Portugal no mesmo período. Em cerca de 500 a.C., as culturas da Idade do Ferro predominavam no norte e os fenícios no sul.

1 Essas teorias se estruturam pela afirmação de que em Portugal, diferentemente de todos os outros lugares em que se fizeram presentes na Europa, os "Homens de Neanderthal" se mestiçaram com os "Homo sapiens", sendo por estes absorvidos e não destruídos.

Após a primeira Guerra Púnica, entre 264 e 241 a.C., os cartagineses decidiram conquistar a Península Ibérica. Mas o seu domínio foi incompleto no quadro geográfico da península e efêmero. Com a Segunda Guerra Púnica, entre 218 e 201 a.C., Roma dominou as costas leste e sul da península enquanto que os povos celtas que tinham sido absorvidos pela população autóctone ocuparam o oeste².

O processo de ocupação romana da península Ibérica continuou. Contudo, foi só no ano 25 a.C., quando do governo de Augusto, que os romanos terminaram a conquista da Hispânia, região que abrangia toda a península Ibérica. A Hispânia foi então dividida em três Províncias: a Bética, a Hispânia Citerior ou Terraconense, e a Lusitânia. O atual território português cabia em parte dentro da Terraconense até ao rio Douro. Para o sul, entrava nos limites da Lusitânia.

A dominação romana durou 500 anos. Roma organizou uma rede de cidades e povoados. Plínio, o Velho, no século I a.C., fala de três conventos com 45 povos (Beja, Santarém e Braga). Os três conventos romanos praticamente coincidem com o território atual de Portugal (o que em princípio é um prodígio, dada a inexistência de fronteiras naturais). Havia naquela época nove cidades romanas, sendo a principal Ulisséia, atual Lisboa -, e 36 povoados estipendiários, organizados pelos locais. Esta é, no principal, a atual rede urbana portuguesa. Os romanos introduziram a vila, cuja forma fundiária é a propriedade de um senhor com escravos.³

Adriano, em 117 d.C., transportou para a Ibéria 50 mil famílias de judeus, que marcaram presença, na população de Portugal, até superior à da colonização romana.

Com o colapso da fronteira do Reno, em 406 d.C., os povos bárbaros forçaram a entrada na Gália e atravessaram os Pirineus. Uma tribo germânica, os Suevos, instalou-se na parte sul da Galiza em 411 d.C. e os seus governantes residiram em Bracara Augusta, hoje Braga e Portucale, hoje Porto. Anexaram a Lusitânia e por um tempo dominaram o resto da Península, mas, os Visigodos, outros bárbaros, que a princípio serviam Roma, que haviam penetrado na península em 416 d.C., os dominaram e extinguiram a sua monarquia em 469 d.C.⁴.

Os muçulmanos ocuparam o espaço que hoje se situa Portugal a partir do século VIII e dominavam, no início do século IX, quase toda a bacia do Mediterrâneo e a península Ibérica e permaneceram ali avançando e recuando por mais de sete séculos. Os árabes detinham uma cultura avançada para a época e buscaram não impor sua religião na península Ibérica, como tinha sido sua principal diretriz em outras regiões; mas, buscavam, sim, fomentar atividades mercantis de forma a prover riquezas para si.

2 No oeste estavam os calaicos (povo celta, originando-se daí o termo "galego").

3 . A vila foi dominante no sul de Portugal, porém escassa no norte. Os romanos também introduziram a vinha. Posteriormente, na Alta Idade Média houve plantio de vinhas nas margens do Douro, hoje produtoras do famoso Vinho do Porto. A agricultura romana utilizava cinco variedades de trigo; todas elas foram implantadas em Portugal. A oliveira parece preceder os tempos romanos. A produção de lã é primitiva: supõe a figura do tosquiador e o trabalho caseiro das mulheres fiandeiras e tecelãs.

4 Por volta do ano 400, teve início a decadência do Império Romano, causada pela sua própria deterioração econômica e pelos seguidos ataques dos povos germânicos. Costuma-se considerar o ano de 476, data em que uma tribo de bárbaros germânicos invadiu Roma, como o fim do Império Romano e o início da Idade Média.

Inicialmente derrotados na península, os cristãos refugiaram-se na região montanhosa das Astúrias, onde fundam um reino. Dali vão tentar recuperar todas as terras perdidas, lutando contra os mouros, ou muçulmanos, dentro de um movimento que mais tarde empolgou toda a cristandade e originou também as cruzadas. A este movimento na península Ibérica demos o nome de Reconquista.

A Reconquista prossegue lentamente, entre avanços e recuos e já em meados do século IX, atingem os cristãos a bacia do rio Douro.

Aproveitando o rio Douro como fronteira natural, os limites entre os territórios cristãos e muçulmanos tornaram-se, no final do século XI, mais estáveis. Durante a Reconquista formaram-se na península quatro reinos: Leão, Aragão, Castela e Navarra.

O rei de Leão e Castela, D. Afonso VI, conseguiu significativas vitórias contra os mouros que, escoraçados concentraram-se em Granada, ao sul da península. Nobres franceses vieram em socorro de D. Afonso VI, engajando-se na guerra com a esperança de conseguir terras. Foi o que aconteceu com D. Henrique de Borgonha, que, como recompensa por serviços prestados, recebeu em casamento dona Teresa, filha ilegítima de D. Afonso VI, e como dote terras ao sul do rio Minho, que originaram o Condado Portucalense.

A cidade do Porto é também matriz do processo de mundialização na medida que se insere na origem de Portugal. Estima-se que o núcleo urbano desta cidade tenha nascido, aproximadamente por volta do século VIII a.C. O povoado desde seu início manteve importantes ligações comerciais com a bacia do Mediterrâneo. Com os romanos, a cidade estava já dotada de grandiosos edifícios e controlava um importante eixo viário, entre Lisboa e Braga. O nome antigo da cidade era Cale; depois, Portucale, donde veio o nome de Portugal. Os séculos XIII a XV foram de grande desenvolvimento para a atividade marítima e comercial da cidade do Porto, intensificando-se as ligações com importantes portos da Europa como Barcelona, Valência, La Rochelle, Ruão, Londres, Ypres, Antuérpia, etc. Nesta época, os estaleiros do Porto e de Vila Nova de Gaia eram os mais importantes do país.

Em 1394, nasceu, também, no Porto, o infante D. Henrique, o príncipe "Navegador", a quem se atribui o início das descobertas marítimas dos portugueses e a mundialização.

O terceiro filho de João I e Filipa de Lencastre, mais conhecido impropriamente como "Navegador" (ele pessoalmente nunca passou de Tanger), chamava-se Henrique e foi mestre da Ordem de Cristo, que o rei Dinis I tinha fundado.

O Infante D. Henrique sagrou-se cavaleiro em 1415, na batalha de Ceuta, em Marrocos, em que os portugueses expulsaram os muçulmanos da cidade⁵. Aliás, os portugueses são conhecidos pelo nome de Tripeiros, em virtude do sacrifício que fizeram para apoiar a preparação da armada que foi conquistar Ceuta, em 1415.

5 Ceuta - foi uma conquista fácil para o Infante D. Henrique, pois os mouros não tinham armamentos ou armaduras comparáveis aquelas do invasor nem condições de responder aos arqueiros ingleses. Se os mouros não eram adversários para os portugueses, do ponto de vista militar, ficou bem claro, durante o saque da cidade, que em padrão de vida a balança pendia favoravelmente para eles, se comparado ao dos invasores, que buscavam ouro, prata e marfim e encontraram também tapetes e ornamentos orientais, terraços de mármore, pisos de mosaicos, depósitos de trigo, arroz, sal; jarros de pimenta, canela, cravo, gengibre e outras especiarias que poucos entre os portugueses poderiam apreciar. Todas essas riquezas representavam os frutos do comércio com a África subsaariana e as Índias, que fluíam para Ceuta através das rotas das caravanas do sul e do leste. Como parte do reino de Fez, Ceuta estava em contato tanto com o interior da África quanto com o mundo maometano da Ásia Menor. Todas essas vantagens não passaram despercebidas ao Infante D. Henrique.

Diz-se que ofereceram aos expedicionários toda a carne de qualidade, ficando para si com as tripas dos animais abatidos. Por isso, um dos pratos tradicionais da cidade é o das "tripas à moda do Porto".

Uma das regras de ouro da diplomacia era dar presentes, assim, o príncipe D. Henrique, juntou uma biblioteca preciosa. Entre os mapas, plantas e tabelas, havia um exemplar manuscrito das *Viagens de Marco Polo*⁶.

A data da primeira expedição do príncipe não é conhecida exatamente, mas parece ter sido cerca de 1418, quando a ilha de Porto Santo foi visitada. O primeiro contato com a Madeira data provavelmente de 1419. Sob sua coordenação fez-se uma tentativa de povoar as Canárias, sem êxito, e entre 1427 e 1431 os marinheiros portugueses visitaram os Açores.

Os Açores e a Madeira eram desabitados, e a sua colonização procedeu-se rapidamente por volta de 1445. O açúcar aí produzido era exportado para a Europa e deu às ilhas uma grande importância econômica.

A idéia da expansão para a África se inseria na concepção estratégica como espaço de penetração para a inserção e foi um desiderato projetado e lógico da Reconquista.

Estes propósitos foram, pouco a pouco, gradualmente, moldados num projeto nacional, ainda que ao princípio representassem apenas os desejos e aspirações do trono português. A mundialização foi o projeto nacional de Portugal da casa de Avis.

Quando o navegador da Ordem de Cristo, Gil Eanes⁷ passou o Cabo Bojador, um pouco ao sul das Canárias, em 1434, mais do que realizar um avanço náutico estava a desmontar uma mitologia milenar.⁸

Ao mesmo tempo, os barcos do príncipe Henrique estavam reconhecendo a costa africana passando o Rio de Ouro, em 1436.

No livro em que trata das crônicas da tomada de Guiné no seu capítulo VII, Azurara apresenta "cinco razões por que o senhor infante manda buscar as terras da Guiné", ou seja, as razões que apresenta para a mundialização:

1. o desejo de saber a verdade, do que haveria para além das Canárias e do Cabo Bojador;
2. averiguar se dessas terras se poderiam trazer para Portugal muitas mercadorias, exportando-se para lá os produtos portugueses;
3. conhecer até onde chegava o poder dos infiéis;
4. saber se achariam naquelas partes alguns príncipes cristãos que o quisessem ajudar contra os inimigos da fé;
5. desejo de divulgar a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo a todas as almas que se quisessem salvar.

⁶ Não foi por acaso, a primeira edição impressa dessa obra foi feita não em latim ou em italiano, mas em português, em 1534.

⁷ Navegador português, escudeiro do Infante D. Henrique. Além deste, foram parceiros do Infante no projeto das grandes navegações: João Gonçalves Zarco comandante de caravelas que descobriu a ilha de Porto Santo (1418), com Tristão Vaz Teixeira; depois a ilha da Madeira, com Bartolomeu Perestrelo (1419) e que auxiliou sempre o Infante nas suas empresas marítimas e também Gonçalo Velho Cabral que introduziu famílias e gado nas ilhas de Santa Maria e São Miguel (Açores), das quais foi o primeiro capitão-donatário.

⁸ Acreditava-se que depois do cabo, localizado no que é hoje o Saara Ocidental, começava o Mar Tenebroso, onde a água fumegaria sob o sol, imensas serpentes comeriam os desgraçados que caíssem ao oceano, o ar seria envenenado, os brancos ficariam pretos, haveria cobras com rostos humanos, gigantes, dragões e canibais com a cabeça embutida no ventre. O estrondo das ondas nos penhascos do litoral, que poderia ser ouvido a quilômetros de distância, a idéia de correntes fortíssimas e de nuvens de areia reforçavam o pânico dos pilotos. Quando Eanes finalmente reuniu coragem e viu que do outro lado não haveria nada de especial abriu o caminho para Sul.

Observamos pelas razões acima citadas, que D. Henrique não visava ao dar início a mundialização não apenas os fins espirituais de cruzadas, nem só os interesses mercantilistas, mas, também, os interesses científicos e os militares.

Entretanto, os objetivos da expansão do Infante eram:

- a) A África, para onde envia numerosas e repetidas expedições;
- b) As terras do ocidente, como revela a ocupação dos Açores e outras viagens para conhecer as regiões afastadas do oceano ao ocidente;
- c) As Índias, para alcançar as fontes do ouro e das especiarias, (J. Cortesão), ou para conquistar os mares e preparar a derrota do Islã do Oriente (J. Bensaúde).

Contudo, em 1437, os portugueses foram derrotados pelos mouros em Tanger. Mas, a infeliz expedição contra Tanger foi seguida afinal por um conjunto de novas descobertas.

Foi assim que em Marrocos, os novos cruzados atacaram Alcácer-Ceguer, em 1458.

Com a idéia de reconquistar Jerusalém os portugueses passaram décadas à procura do lendário reino do Preste João, que seria um núcleo cristão remanescente em terras orientais. Por fim, em 1492, os portugueses encontraram na Etiópia, uma monarquia cristã.⁹

As explorações africanas não foram, portanto, inteiramente abandonadas¹⁰. Foi fundada em Elmina (São João da Mina, em 1481 ou 1482) uma fortaleza e feitoria de comércio no Golfo da Guiné. Diogo Cão¹¹ descobriu a foz do rio Congo em 1482 e avançou até Cape Cross, duzentas léguas para o sul, em 1486. No centro da África, um monarca nativo, o Manikongo, converteu-se ao cristianismo e aliou-se com os portugueses abrindo espaço à penetração cristã no continente, mas esse reino entrou em convulsão e os interesses portugueses foram transferidos para o reino de Angola. Paulo Dias de Novais fundou Luanda, a primeira cidade da África ocidental ao sul do Equador, em 1576.

Em 1487, Bartolomeu Dias¹² passou o Cabo da Boa Esperança, chegando à costa oriental de África, e o caminho para as Índias estava aberto. O seu regresso

⁹ Em 1541, os cristãos etíopes pediram ajuda a Portugal contra os Turcos. O rei português mandou uma expedição de 400 soldados, liderada por Cristóvão Gama. Gama morreu, mas os cristãos venceram. Os portugueses foram recompensados e muitos deles ficaram na Etiópia. Em 1544, o rei etíope, Galawdewos, escreveu a D. João III, agradecendo a ajuda.

¹⁰ Os navegadores portugueses procuravam o Paraíso. Eles acreditavam ser o Rio Senegal uma de suas vias de acesso. Eles procuraram as minas do Rei Salomão, a Montanha de Prata no outro lado da África, bem como acreditaram encontrar vestígios de São Tomé nas Índias, tanto orientais quanto ocidentais.

¹¹ Navegador português, que, por duas vezes (1482 e 1484), foi mandado aos descobrimentos por D. João II. Dirigiu-se para a Mina e daí para o Zaire. Depois de várias vicissitudes seguiu até à ponta dos Farilhões (Serra Parda), a 22° 10', de latitude Sul, donde regressou ao Zaire, que subiu, a fim de visitar o Rei do Congo. Regressou ao Tejo em 1486, trazendo o ensinamento conveniente para atingir a África do Sul a navegar pelo largo, como fez Vasco da Gama. Na Sociedade de Geografia de Lisboa existem alguns padrões de Diogo Cão (séc. XV).

¹² Célebre navegador português, descendente de Dinis Dias. Ignora-se onde e quando nasceu. Em 1486, confiou-lhe D. João II o comando de duas caravelas, de 50 toneladas cada uma, para ir colher notícias do Prestes João. Primeiro descobriu a angra dos Ilhéus, hoje baía de Spencer, e o cabo das Voltas. Assaltou-o em seguida violento temporal. Treze dias andaram os navegantes à mercê do vento e das ondas. Quando o tempo serenou, procuraram costa para leste e só encontraram mar. Navegaram então para o norte e foram descobrindo diversos portos. Não quiseram, porém, as tripulações passar além de um rio, a que foi dado o nome de rio do Infante, e obrigaram o capitão a retroceder. Foi só então que descobriram o grande cabo, que haviam dobrado sem dar por tal, em 1487. Aí levantou Bartolomeu Dias o padrão chamado de São Filipe, e ao cabo deu o nome de Tormentoso, que D. João II substituiu pelo de Boa Esperança. Bartolomeu Dias acompanhou Cabral, em 1500, na famosa viagem em que este descobriu o Brasil. Quando a frota seguia para a Índia, o navio, em que ia Bartolomeu Dias, naufragou em 1500 e o valente marinheiro achou a morte junto do mesmo cabo da Boa Esperança, de que fora glorioso descobridor.

foi seguido das notícias em 1493 de que Cristóvão Colombo tinha, pensava ele, chegado às Índias através do Atlântico. Mas as suas notícias não perturbaram os portugueses, pois Colombo não trazia novas das especiarias ou cidades do Oriente.

O rei de Portugal, D. João II, ordenou que preparassem uma expedição à Índia pelo caminho do Cabo da Boa Esperança, que só zarpu depois da sua morte. Em julho de 1497, Vasco da Gama¹³ navegou com quatro navios para a primeira expedição à Índia. Chegou a Calicut na primavera seguinte, e os sobreviventes chegaram a Lisboa, no outono de 1499, com amostras de mercadorias do Oriente. Dizem que estas amostras eram em volume maior que todo o comércio feito dessas mercadorias, no ano anterior, pelos venezianos.

Uma segunda esquadra foi preparada sob o comando de Pedro Álvares Cabral, esquadra esta que tocou a costa brasileira em 22 de abril de 1500 e a reclamou para Portugal. O autor da célebre carta da descoberta do Brasil, em 1500, foi o portuense Pero Vaz de Caminha, antigo funcionário da Casa da Moeda, que seguiu na armada de Pedro Álvares Cabral com o encargo de fazer, para o rei, o relato oficial da viagem. Este foi o primeiro contato de um casamento de mais de quinhentos anos da cidade do Porto com o meu país.

Um dos barcos de Cabral, sob o comando de Diogo Dias, descobriu Madagascar em 1500. João da Nova descobriu a ilha da Ascensão no ano seguinte e Santa Helena, em 1502. Tristão da Cunha avistou a ilha que levou o seu nome em 1506 e foi explorar Madagascar. Durante este período estabeleceram-se postos ou feitorias de comércio na Índia em Cochim e Calicut e por João da Nova em Cananor (Cannanore). Em 1502, Vasco da Gama fez tributário do rei de Portugal, o rei de Quiloa (Kilwa) na África Oriental.

Francisco de Almeida chegou à Índia, como vice-rei, em 1505, fortaleceu a estação africana de Quiloa e ajudou o rei de Cochim contra o Samorim de Calicut. O controle do comércio marítimo estava agora estabelecido, e tornou-se a principal fonte de riqueza dos portugueses no Oriente. Com a derrota das forças navais muçulmanas em 1509, ficou assegurado o controle de Diu. Francisco de Almeida concebeu o plano de manter só o domínio do mar com fortes esquadras, e na terra não ter mais que algumas feitorias e pontos de apoio, dando um requinte e um toque final na concepção estratégica portuguesa.

Afonso de Albuquerque, sucessor de Almeida, conquistou Goa em 1510, que se tornou a sede do poder português, e Malaca em 1511; mandou duas expedições às Molucas em 1512 e 1514; capturou Ormuz no Golfo Pérsico em 1515. Pouco depois, Fernão Peres de Andrade chegou a Cantão na China, e em 1542 foi permitido aos mercadores portugueses instalarem-se em Liampo (Ning-Po), fundando em 1557 a colônia de Macau (Macao). Albuquerque foi responsável pela concepção do sistema de construir pontos de apoio fortes, que asseguraram o comércio do Oriente para Portugal, durante quase um século.

13 Célebre navegador português, nascido em Sines (1469-1524), a quem D. Manuel I confiou o comando da frota que em 8 de Julho de 1497 largou do Tejo em demanda da Índia, e que se compunha de quatro pequenos navios: S. Gabriel, S. Rafael, Bérrio e S. Miguel, (este último não passou da baía de S. Brás, onde foi queimado). Em 2 de Março de 1498, aportou a esquadra a Moçambique depois de haver sofrido medonhos temporais e de ter Vasco da Gama sufocado com mão de ferro uma revolta da equipagem. O piloto que o sultão de Moçambique lhe deu para o conduzir à Índia foi secretamente incumbido de entregar os navios portugueses aos Mouros em Mombaça. Um acaso fez descobrir a cilada e Vasco da Gama pôde continuar até Melinde, cujo rei lhe deu um piloto árabe, conhecedor do Índico. Em 17 de Abril de 1498, avistava o porto de Calicut. Estava descoberto o caminho marítimo para a Índia. D. Manuel recompensou este glorioso feito, nomeando Vasco da Gama almirante-mor das Índias e fazendo-lhe doação de trezentos mil réis de renda. Voltou mais duas vezes à Índia, de que foi governador e segundo vice-rei.

Goa tornou-se rapidamente o principal porto da Índia ocidental; Ormuz controlava o Golfo Pérsico, e Malaca era a ponte para o oceano Índico e para o sul do mar da China, enquanto que uma cadeia de feitorias fortificadas assegurava a costa este de África, o golfo e as costas da Índia e do Ceilão.

Os portugueses instalaram feitorias menos fortificadas com o consentimento dos governantes nativos desde Bengala até à China, colocando o comércio das especiarias nas suas mãos¹⁴. A orientação deste sistema complexo era manejada por um governador, que algumas vezes tomava o título de Vice-rei, com sede em Goa.

Ainda que as armas portuguesas tivessem triunfos e derrotas, o controle do comércio com o Oriente permaneceu quase total, ainda que nunca completo, tornando-o o centro da civilização, até ao século XVII, quando os holandeses, em guerra conjunta com as coroas de Portugal e Espanha e apesar do seu pretérito e fraterno comércio tradicional com Lisboa, começaram a procurar as especiarias na sua fonte, demolindo o monopólio português.

A navegação do oceano Índico estava no século XVI inteiramente nas mãos dos árabes. Os portugueses revelaram-se os seus implacáveis rivais ainda que a milhares de léguas das suas bases. Foram apenas necessários 30 anos, para que uns poucos milhares de lusos, se apoderassem dos seus negócios graças muito mais à sua concepção estratégica do que como muitos pensam, à sua artilharia e aos seus 300 barcos de combate e comércio.

A presença moura no espaço português deu consistência a formação urbano-artesanal-mercantil, e articulou relações sistêmicas com o norte da África. Do período mouro devem ser retidos os seguintes traços para Portugal: a convivência e a interpenetração moura e cristã; a tolerância religiosa islâmica, que admitia junto à mesquita a igreja e a sinagoga. Houve longos períodos de recíproca tolerância interativa: o Mossárabe é o cristão com hábitos mouros, e o Mudejar é o mouro com costumes cristãos.¹⁵

O lusitano que era ibero, que era celta, que era fenício, que era cartaginês, que era romano, que era judeu, que era suevo, que era visigodo, aprendeu com o Islã a lidar, sem susto, com a alteridade. Aprendeu ainda a assumir costumes e idiomas em operações de cooperação e assimilação. Com os mouros, aprendeu com a dupla alternativa: conquistar (conflito) ou comerciar (competir e cooperar).

O cristão e o mouro, a tolerância e o sincretismo, o catolicismo sofisticado convivendo com o popular, a veneração dos oragos - convertidos em protetores particulares de frações da população -, e o misticismo assimilador de rituais e de

14 Portugal construiu um roteiro de feitorias para trocas mercantis, e um colar de ilhas colonizadas como suporte para a carreira das Índias. O espaço-mundo português nas Índias começa por Cochim (1501), Cananor (1502) e Diu (1509). Desta base lança expedições para Sumatra e Malaca. Em 1510 é fundada Goa. Malaca é conquistada em 1512. Neste ano, atingiu o Sião e Pegú. Em 1513, os portugueses penetram no Mar Vermelho. Conquistam Ormuz em 1515. O comércio com Cantão é iniciado em 1517. As feitorias de Colombo (1518) e das Maldivas (1519) reforçam a presença na Índia. Neste ano, Portugal instala uma embaixada em Pegu. Em 1520, contacta a dinastia etíope. Com o Tratado de Saragoça, Portugal indeniza a Espanha pela ocupação das Molucas, pagando-lhe 350 mil cruzados. Em 1557 é criada a Feitoria de Macau, e desde 1542, Portugal negocia com o Japão e tem acesso às minas de prata japonesas. Em meados deste século, a Indonésia e as Filipinas têm feitorias lusas. O sonho da cruzada foi imbricado ao domínio comercial. Em 1541 os portugueses penetram pelo Suez e atingem o Monte Sinal. Dez anos depois, navegam pelo Rio Eufrates, atingindo a cidade de Bassora. Por terra, missionários portugueses chegaram ao Tibet, e pela Zambésia às nascentes do Nilo azul. Houve momentos em que dominou a Índia, Macau e Nagasaki. Aparentemente o império asiático desenhado por Afonso de Albuquerque estava implantado. Em Goa e Malaca, a política portuguesa estimulou os casamentos mistos, e foi cuidadosamente tolerante com a propriedade e a religião dos nativos.

15 O rei português Afonso VI, como veremos, casou o seu filho Sancho com uma princesa, filha do Emir de Sevilha, em 1073. O unificador de três reinos - Castela, Leão e Galiza - expressou, com esta união, a interação das duas etnias.

procedimentos de várias procedências, são traços decantados desta longa cadeia de influências étnicas.

A epopéia gloriosa de Portugal não encontra nenhum feito similar em grandiosidade, sofrimento e realização em toda a história da humanidade¹⁶. Foram os portugueses os formuladores e os construtores iniciais da mundialização e neste feito forjaram seus heróis¹⁷.

No seu avanço em busca do desconhecido, Portugal não só estruturou o primeiro império da época moderna, no século XVI. Criou também a mundialização e o mundo luso, ambos mutuamente dependentes. Se há um princípio, que sintetiza toda a concepção deste artigo, é a idéia dos lusos e de seus descendentes serem os únicos artesãos possíveis da verdadeira mundialização. Este é o nosso destino manifesto, algo que decorre naturalmente de nossa cultura, a constituída no mundo luso, ser a única provida das mágicas necessárias a fazer o movimento de construção de uma única pátria humana.

Assim sendo, são as seguintes as mágicas mais relevantes que a cultura lusa possui, resultado de sua formação e que lhe permitirá levar adiante a mundialização:

A mágica da antropofagia é a propriedade que possuímos, no mundo luso, de apropriarmos, transformando, toda manifestação cultural exógena. Poder-se-ia iniciar a explicação desta capacidade que detemos, como o resultado da arte que a cultura lusa desenvolveu de adaptar valores e técnicas européias aos trópicos, em geral. Contudo, esta seria uma explicação muito pobre. A nossa antropofagia é uma característica ímpar da cultura lusa, já que nenhuma outra cultura a detém, pelo menos em tal grau. Isso por que a cultura lusa se constituiu na paciente e progressiva assimilação das realizações dos iberos, dos ligúrios, dos celtas, dos fenícios, dos gregos, dos cartagineses, dos romanos, dos suevos, dos godos, dos judeus, dos mouros e dos cruzados franceses e ingleses. Este progressivo amálgama dotou os portugueses dos elementos necessários a processar o diferente e torná-lo o igual, quando não o comum. Foi assim, por exemplo, na constituição da cultura luso-brasileira. A assimilação de outras culturas mais puras, como as diversas culturas africanas e ameríndias, foi algo fácil para a experiente cultura portuguesa que se transfigurava em brasileira. A capacidade de deglutir, de adaptar, de transformar de forma criativa e criadora o que lhe é apresentado, ou lhe é imposto, constitui-se no maior patrimônio hoje do povo brasileiro. Tudo se faz no mundo luso sem perder o espírito empreendedor e mercantilista do fenício, do cartaginês e do judeu, da cultura dos gregos, das instituições e da linguagem dos romanos, da cultura material dos mouros, da aptidão manual do africano, do

16 O povo português desenvolveu historicamente a cultura da conquista. Assumiu em massa a incerteza e os riscos da aventura, e posteriormente conviveu com a angústia da emigração. A pobreza rural lusitana sempre voltou seu olhar de esperança para a cidade, e daí para o mundo. As experiências de liberdade do vilão português e da conquista com o saque da terra e do mouro foram vivências fortes de mobilidade social, e de busca da boa sorte com a aventura da conquista. A movimentação talvez supere a subsistência no fio da navalha da miséria; na cidade está o sonho do pequeno comércio, e no mundo o lugar da grande sorte da conquista aventureira. Este padrão se explicitou e amplificou, organizado no ciclo ultramarino, e prosseguiu nos séculos subseqüentes.

17 Faltou-nos citar um desses grandes heróis portugueses: Fernão de Magalhães, que nasceu em 1480, em Sabrosa ou no Porto e morreu em combate, em 27 de Abril de 1521 em Mactan, nas Filipinas. Navegou sob as bandeiras de Portugal (1505-1512) e Espanha (1519-1521) e é considerado por muitos historiadores, como o maior navegador de todos os tempos. Quando imaginou a viagem de circunavegação ao globo, que acabou por fazer ao serviço de Carlos V, Magalhães sabia bem o que ia encontrar, ninguém fazia uma viagem dessas sem sofrer toda a sorte de dificuldades, e o lema que o imperador concedeu ao escudo de armas de Sebastián Elcano "Primus circum dedisti me" (O primeiro que me rodeou) teria assentado também perfeitamente a Fernão de Magalhães.

contato com a natureza do ameríndio. No Brasil, assim como no mundo luso, nada se perde, tudo se transforma em algo que se utiliza. No futuro, assim como o foi no passado, ser mundializado é ser antropofágico.

A mágica da mestiçagem é a propriedade que nós temos no mundo luso de deter diferentes graus de morenidade. Esta é uma valiosa qualidade, por exemplo, do Brasil. Sobre este tema, sobrepujando o pessimismo das gerações anteriores, que se julgavam condenadas ao malogro, pela sua condição de participes de países sem futuro, em decorrência do caráter mestiço de sua população, veio, ao longo de todo o século XX, se sucedendo, desde a descoberta antropológica do Brasil feita, principalmente, com Gilberto Freyre, um orgulho, uma confiança e um arrebatamento expresso pela certeza das vantagens que a completa mestiçagem proporciona, na arena mundial, aos povos do mundo luso. Fez-se com Gilberto Freyre a descoberta, nesta parte do mundo, que não há raças capazes ou incapazes de civilização. Mais do que isto; fez-se a constatação que toda a trama da história resulta de um processo de fusão e que o Brasil e o mundo luso são em si os próprios espíritos divinos da fusão criadora. Os portugueses nunca trazem a mística da pureza da raça. Isto favorece o aparecimento da verdadeira democracia, no sentido real da palavra, onde não se estabelecem preconceitos, onde o mérito pessoal supera não só possíveis colocações de natureza étnica, como as de classe, e, onde, se maximiza a afirmação dos talentos e se potencializa a utilização das diversas possibilidades. Esta forma de ver o mundo é o simétrico do que se coloca no centro que divulga o discurso da globalização, já que para nós a miscegenação é regra e a discriminação é exceção. Para o centro, sejam norteamericanos ou europeus, nestes excluídos os ibéricos e principalmente os portugueses, se dá o contrário, a discriminação é regra e a miscegenação é exceção. A sociedade que se forma no mundo luso é cada vez mais miscigenada caminhando para ser homogênea. Isto por que seus vários grupos raciais tendem a pertencer à mesma civilização e a ter o mesmo imaginário e a mesmas idéias fundadoras e fundamentais, independente de sua pigmentação ou da forma de seu rosto ou de seu nariz. Esta mágica da mestiçagem é, como foi afirmado, um valioso atributo, pois nos permite inserir a todos em nosso contexto e se sentir participes na elaboração do novo contexto da mundialização. A mágica da mestiçagem transforma hoje o mundo luso e amanhã transformará o mundo no espaço de todas as raças.

A mágica do sincretismo é a completa permissividade religiosa, algo que no mundo não tem a dimensão que adquire no mundo luso. Somos um dos maiores espaços católico do mundo, mas não somos dominados pela mística católica, nem pela santidade. Temos poucos santos. O catolicismo se expressa no mundo luso muito mais pelas suas manifestações externas, pelo correr de um calendário permanente de procissões e de festas populares, do atuar da Igreja na vida política, apoiando os governos, ou, conspirando contra eles, quando não os faz de forma concomitante. A este catolicismo caminha juntos o espiritismo, o candomblé, a quimbanda e mais recentemente os ritos evangélicos protestantes. Tudo isto se mistura num caudal de fé e de credos por onde trafega a mais plena tolerância religiosa e o mais claro sincretismo religioso. A maioria de nós, esposa, no decorrer de sua vida, mais de uma fé. Este sincretismo aceita, se não incentiva outra forma de haver místico, ou de entender a origem e o destino dos homens, que se conceitua como esoterismo, forma pretensamente premonitória de futuro, tais como a astrologia, o tarô e os búzios. Tudo isto convive. Tudo isto se aceita e se incentiva. Como prova recente deste sincretismo podemos colocar a forte e não combatida

penetração de um neo-evangelismo, que nada mais é do que um aspecto sempre presente da religião, que toma diversas formas, no Brasil, por exemplo, a decorrente de uma influência ameríndia, a religiosidade terapêutica, capaz de curar bicho e gente, transfigurada por um rigor moral radical. Ainda, aqui, existem outras formas de religiosidade, porém, mais enclausuradas nos seus círculos etnológicos e incapazes de tráfegar tão desenvoltas, como o judaísmo, o islamismo e o budismo. Contudo, estas outras formas muitas das vezes compõem fontes que alimentam o já extenso caudal da religiosidade. Nós detemos no mundo luso a fé universal, esta é a mágica. A mágica de ter aquilo que todos em todas as partes sempre acreditaram e sempre acreditarão.

Mas a grande mágica do mundo luso é a mágica da tolerância. A mágica que pode ser colocada como cordialidade, como subserviência, como humildade, e até mesmo como impotência, mas que é exclusivamente tolerância com o diferente, com o estranho, com o incomum, com o inusitado. Tolerância que se coloca no dia a dia de nossa existência e de que tanto se beneficiam os que disso sabem. Mas também tolerância capaz de mudar o mundo.

Devemos nos orgulhar e glorificar os valores do mundo luso, nossa tolerância, a brandura de nossos costumes, o nosso eclético venerar, a alegria simples que todos que vivem no mundo luso tem mesmo na miséria, e um certo “savoir vivre”, que jamais perdemos nas piores circunstâncias e cuja visão e conhecimento deixam perplexos e atônitos a qualquer estrangeiro. Do mundo luso se tem uma mensagem única de esperança: o sinal que a inteligência humana é capaz de saltar por cima das adversidades e se integrar na compreensão do universo total. Do mundo luso vem a possibilidade que temos como gênero de ousar, de aventurar. Somos diferentes e somos especiais. Nós fomos, somos e seremos a mundialização. Este é o nosso destino manifesto.

Contudo, o discurso, o discurso recente da globalização, não retrata, simplesmente, o fato da mundialização e sim busca impor uma dominação dos mercados e das idéias.

Para apoiar esta colocação, analisaremos as duas vertentes centrais do estágio atual da mundialização que são: no campo das idéias a razoavelmente bem sucedida interação filosófica e a crescentemente frustrada tentativa de interação cultural; e no espaço dos mercados a dita globalização que se desdobra, até atual crise financeira mundial, na razoavelmente bem sucedida dita globalização financeira e na conturbada tentativa da chamada globalização econômica.

Cabe-nos, ao abordar a interação filosófica, de novo filosofar e apresentar algumas breves considerações sobre a questão das idéias. Desde que homem existe para ele se colocou a necessidade de realizar a cooptação da natureza para a sua sobrevivência. A forma original com que o homem realizou primitivamente esta cooptação foi o trabalho, ou seja, o resultado da interação física do corpo humano com a natureza e que é, na verdade, o que consideramos como a primeira mediação.

Desde que o homem se libertou, por alguns momentos, da sua luta implacável pela própria sobrevivência, do trabalho necessário para continuar vivendo, questões centrais de sua existência, digamos primeiras, a ele se colocaram: Qual a origem de tudo e de sua existência? Quem conduz o processo, o homem ou a natureza?

Questões que ainda permanecem, e que permanecendo, mantêm aberto aos homens o caminho da filosofia. Desde o início deste questionamento, a primeira destas questões teve no Absoluto uma explicação dogmática, o que fortalecia a

segunda destas questões, pois transferia para o homem ou para a natureza, para um ou para o outro, a representação desse Absoluto. A partir de então duas correntes se formaram: a dos que viam nos homens, ou no homem, o representante do Absoluto na condução do processo e a outra, daqueles que viam a natureza com esta função.

Ainda é pelo Absoluto que se dá a primeira tentativa de iteração filosófica que é a idéia trazida pela visão cristã de mundo, da igualdade de todos os homens perante a Deus. Antes da vinda de Cristo, os homens eram, irremediavelmente, divididos. Exemplos claros, deste posicionamento, eram as atitudes tanto dos hebreus, que se colocavam como povo eleito, como dos gregos, que não viam nos estrangeiros senão bárbaros, melhor dizendo, não homens, e que na “pólis” grega só poderia ter lugar subjugado, como escravos. A visão cristã de mundo criava a unidade horizontal dos homens, ao colocar a igualdade de todos os homens vivos perante o Absoluto.

O Renascimento, a época dos descobrimentos, do início da mundialização, trouxe consigo várias modificações na estruturação das questões primitivas e também alterou o modo de mediar, admitindo a ciência como uma nova forma de mediação e, portanto, de cooptação pelo homem da natureza. Sofisticava-se, também, no renascimento a dualidade posta entre o homem e a natureza, colocando-a, naquela época, como uma questão transfigurada: a dos que creditavam à ordem racional a condução do processo, como vimos anteriormente, e a daqueles que a creditavam à lei natural.

A ordem racional resultava da elaboração construtiva do que aqui nomeamos de matemáticos filósofos, indivíduos que lidando com a ordem na sua forma mais lógica, a ordem numérica, verificaram que o Universo, a natureza, era uma desordem, e onde o homem, conduzindo a marcha do processo de civilização, impunha, progressivamente, a sua ordem. Destes, alguns merecem destaque. O primeiro que destacamos é Descartes, que foi o primeiro pensador a organizar explicitamente a razão, em seu Discurso ao Método e a demonstrar que a linguagem numérica era uma forma de dar à natureza uma descrição naturalmente satisfatória. Outros muito importantes foram Leibnitz, autor do Discurso da Metafísica e Pascal, que além de explicitar claramente um novo antropocentrismo - o homem ele colocava, de novo, no centro dos processos -, apresentou a unidade vertical do gênero humano, ao colocar que todos os homens, ao longo de todos os séculos, são o mesmo homem que subsiste e aprende sempre. Ao fazê-lo, fazia a integração vertical de todos os homens, os mortos, os vivos e os a viver. A base da interação filosófica que inexoravelmente avança na mundialização se apóia nas idéias simples das unidades horizontal e vertical dos homens.

A ciência utilizada como instrumento que demonstrava a supremacia do homem na condução do processo, sofreu várias contestações no campo das idéias, que fugiam a simples visão da já referida lei natural, mas que de certa forma a apoiavam, dentre as quais destacamos as de Kant, autor de obras importantes como as Críticas à Razão Pura e à Razão Prática. Nestas obras, este filósofo buscava suplantando numa única posição tanto o materialismo de Descartes como o idealismo integral de Berkeley na explicação do conhecimento humano e concluía que as ciências só atingiam a superfície das coisas: os fenômenos, já a realidade, ou seja, a própria essência das coisas, escapava-lhes. Para ele, o pensamento humano era impotente para conhecer a coisa em si.

Entretanto, Hegel, para nós, o maior filósofo dos tempos modernos, recusou-se a ficar por aí. E estabeleceu que para ultrapassar a visão kantiana da impotência

é necessário entender e aceitar que o pensamento humano é capaz de ultrapassar as contradições que lhe são apresentadas pelas ciências exatas e pelo simples bom senso. Para tanto, fazia-se mister não considerar o princípio da contradição como princípio supremo da lógica. Precisava-se ir além e para ultrapassá-lo devia-se ter a certeza da idéia de que o mundo é na realidade e em essência uma unidade entre contrários. Acompanhando a idéia desta unidade entre contrários, traz Hegel outra, que é a da permanente existência, em todos os processos, inclusive naqueles em que está o homem, de um contraditório, que se expressa através de uma tese e de uma antítese, posições estas que se digladiam em um equilíbrio instável, até que se processa uma ruptura, dando origem a uma síntese, que será uma nova tese e que buscará sua antítese...

A colocação que Hegel faz, traz presente uma permanente dinâmica em todos os processos, coloca a existência de uma permanente evolução em todos os processos, e conduz a certeza, que se apresenta, que cada dia traz em si um período novo. Estas visões ganham curso universal e seu sistema de pensar estrutura as bases da interação filosófica. A filosofia ocidental com Hegel se articula em um sistema e se impõe dominante e definitivamente a outras formas de ver o mundo...

É verdade, que o desdobrar da industrialização trouxe, ao final do século XX, a inserção de uma nova mediação. Esta é a razão central da justificativa de ser a nossa época um momento de mudanças. Não há mudanças nos paradigmas, como dizem. Mas há mudança pela anexação de uma nova mediação. Na medida em que a produção material imediata se mecanizava, o trabalho vivo se distanciou da produção direta; o conhecimento objetivado naquele trabalho incorporou-se na produção direta como trabalho morto, congelado nas formas e movimentos dos sistemas de maquinaria. Surgiu então, em decorrência, uma nova mediação entre o homem e a natureza. E esta nova mediação, portanto, uma nova forma de cooptar a natureza, a informação, tornou-se o objeto imediato de trabalho de grande parte dos indivíduos. Quando surgiu no início deste século, a indústria da informação distinguiu-se em três grandes ramos, pouco relacionados entre si: o de comunicações, o cultural propriamente dito (no qual predominam o cinema e o disco) e o quase sempre pouco observado segmento das máquinas de escritório (este, em si, uma indústria metal-mecânica) e que, ultimamente, com a digitalização tende a coordenar todo o processo.

A mudança na mediação transfigura-se na mal nomeada terceira revolução industrial, algo que repousa na digitalização da informação, que começa a partir do transistor e de outros inventos posteriores que exploram o princípio digital. Com a digitalização se tornou possível reduzir todo tipo de informação a uma seqüência indiferenciada de zeros e uns. Textos, sons e imagens viraram bits. As diferentes estruturas de rede de transmissão de dados, cada qual adaptada a um uso específico (telefonia para voz, radiodifusão para sons e imagens, telégrafo para texto, etc), tendem a dar lugar a redes que integram diversas formas de comunicação em uma mesma tecnologia digital básica. Aqui cabe a lembrança de que a história tecnológica da informação está ligada aos interesses políticos, militares e econômicos dos estados nacionais. A origem do semicondutor neste aspecto é paradigmática. Em seu desenvolvimento recente, o capitalismo transformou o processo da produção cultural. a produção cultural tornou-se, crescentemente, não distinta da produção industrial, e as indústrias culturais tornaram-se local de grande expansão e alta lucratividade. Hoje, está claro estamos diante de uma terceira mediação. A mediação, hoje, se dá pelo trabalho, pela

ciência e pela informação. A informação e a ciência são, no momento em que vivemos, os principais instrumentos, nesta ordem, com que conta o centro para exercer sua dominação na periferia.

A cultura posta sob sua visão antropológica, ou seja, tudo que o homem faz, estabelece o espaço que separa o centro da periferia. Isto resulta da própria essência do contraditório do avanço da civilização que opõe a barbárie à cultura. Toda tentativa de imposição cultural é frustrada. Existe uma reação de dimensões, se não idênticas, maiores do que a ação coercitiva. Assiste-se, a toda tentativa de imposição cultural, um recrudescer do que classificam de fundamentalismo, ou seja, de volta radical às raízes culturais primitivas. Daí se explica todo o fracasso da interação cultural.

Cabe-nos abordar, também, aspectos da chamada globalização no campo dos mercados, a recém mal sucedida globalização financeira e a tentativa de globalização econômica.

A chamada globalização financeira foi o resultado do rompimento unilateral, pelos Estados Unidos da América, das amarras do câmbio fixo estabelecido em Bretton Woods e a posterior inundação pelo dólar do mercado mundial, rompendo toda a ligação possível entre riqueza física e riqueza financeira. As conseqüências desta ruptura são várias, desde a imposição de um regime de flutuação entre o dólar, o iene, e o marco, o que conduziu a uma grande volatilidade nas correlações reais e nominais entre as moedas, até a perda de regulamentação das taxas de juros e a um novo agrupamento dos mercados financeiros, rompendo com sua antiga segmentação, uma ruptura radical em relação ao capitalismo imaginado em Bretton Woods.

Não há a pretendida globalização econômica, mas existe sim uma frustrada globalização financeira. A frustração decorre do fato de que a globalização financeira foi acompanhada de uma maior volatilidade e de uma maior fragilidade do mercado financeiro internacional, o que acabou conduzindo a crise atual. Na opinião de todos os analistas, a emissão sem lastro do dólar e a criação de mercados financeiros supranacionais aumentou em muito a incerteza e o risco sistêmico. Disto resultaram grandes variações, nos últimos anos, tanto nos mercados de ativos reais e câmbio, como nas taxas de juros, que, inexoravelmente, conduziu-nos a crise atual que ameaça romper, não só com o padrão dólar, mas com a própria ordem econômica mundial, que havia se estabelecido com Bretton Woods.

Cabe aqui lembrar que a doutrina do nacionalismo econômico prega que, uma vez atingido o centro, deve-se ser liberal. Isto também explica o porque do liberalismo atual. Acontece que encontramos-nos diante de um novo fenômeno. Encontramos-nos diante de um centro compartilhado, mais que compartilhado, crescentemente disputado. Diferentemente do que nos está sendo vendido, do que vem sendo permanentemente propagandeado nos órgãos de informação, ao invés de estar ocorrendo uma globalização econômica, o que se verifica é uma crescente polarização econômica em torno de três pólos já citados: Estados Unidos da América, Alemanha e Japão. Polarização que é comercial, que é produtiva, que é tecnológica. Como os três pólos continuam praticando a doutrina do nacionalismo econômico, o seu liberalismo resulta, não de convicção, mas, exclusivamente, do estágio de desenvolvimento que atingiram.

Isto é facilmente comprovado verificando-se qualquer lista que hoje apresente as 500 maiores empresas do mundo. Destas 220 são norte-americanas,

120 são japonesas e 80 são alemãs. São quase todas transnacionais, mas que não perderam suas características nacionais.

Os desenvolvimentos de tecnologia e as pesquisas das empresas transnacionais vêm sendo realizadas, através de uma estratégia comum e deliberada de privilegiar os países centrais, de preferência suas localizações de origem. O domínio da tecnologia é visto como a garantia do comando do negócio e encontra-se, portanto, sempre junto, fisicamente, das administrações centrais dessas empresas nos seus países de origem. Acresce-se a essa tendência de polarização tecnológica a implementação da nova estratégia militar dos Estados Unidos da América (EUA), que detêm, no momento, a predominância militar, o que acirrou a já natural polarização ou centralização no domínio das tecnologias nos pólos já relacionados, pois os países desenvolvidos, capitaneados pelos EUA, exercem rigoroso controle sobre a disseminação de informações sobre novas tecnologias, que nomeiam como “sensíveis”, argumentando que elas podem vir a subsidiar intenções belicosas em países do terceiro mundo. Esse “apartheid tecnológico” tem inibido em muito o crescimento econômico e produtivo dos países da periferia.

O discurso da globalização, a versão corrente da mundialização, que é, explicitamente, como já foi dito, um discurso de dominação, objetiva, exclusivamente, apresentar o espaço como algo único e passível de uniformização. Assim sendo, o discurso da globalização, busca simplesmente dominar os mercados e as culturas, pela idéia do espaço único e não mais ligar diferentes espaços em busca da integração de mercados e de culturas. O que se vê hoje é, portanto, uma ideologia, a chamada globalização, revestida num mesmo, monótono e único discurso. A atenção é toda dada ao espaço, como se a outra variável determinante no processo de avanço da civilização, o tempo, perdesse todo seu sentido. Este fato ainda é uma resultante da concepção filosófica trazida ao pensamento dominante, pela ruptura da quebra do conceito de simultaneidade, provocada pela teoria da relatividade. Como a velocidade tem um limite o espaço é superior e delimitador do tempo. Para a dominação se exercer de forma plena basta o domínio do espaço, até mesmo o espaço da civilização como pretende o discurso da globalização. Parecem esquecer que o tempo é a variável última da desordem natural; esquecer a luta eterna do homem pelo controle do tempo. E é aí que o discurso da globalização falha e falhará.

Entretanto, o discurso da globalização vale-se da mediação da informação e a informação a serviço do centro tornou-se claramente um instrumento do discurso da globalização, portanto, de dominação. É assaz ingênuo insistir em que as antigas relações de dominação desapareceram. Elas apenas assumiram outras formas mais programadas e sofisticadas, mas se explicitam, claramente, no discurso da globalização.

Detrás deste discurso da globalização caminha uma ação que coloca que a produção tem que ser imediatamente consumo e o consumo tem que ser imediatamente produção. Uma ação que se vale claramente dos meios de comunicação, para organizar a sociedade, tanto para produzir quanto para consumir bens materiais, cada vez mais distanciados das necessidades humanas básicas (comer, dormir, vestir-se) e cada vez mais carregados de valores simbólicos, transformados em necessidades indispensáveis à vida social dita moderna. Este tem sido o espírito último da dita sociedade da informação companheira permanente do discurso da globalização.

Dentro do discurso da globalização aumenta a divisão entre os ricos, informados e os pobres, não informados - nacional e internacionalmente. Subinformação: este pode ser o novo nome para o subdesenvolvimento nesta nova etapa histórica da evolução da humanidade. Informação é poder. Informação econômica é poder econômico. Informação tem valor econômico, e a habilidade para estocar e processar certos tipos de dados pode dar a um país vantagens econômicas e políticas sobre outros países. A circulação da informação no mundo faz-se em sentido único, como uma corrente de notícias, dados, mensagens, programas e produtos culturais que vai quase exclusivamente dos países grandes para os pequenos, dos que detêm o poder e os meios tecnológicos para os que estão privados deles, dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento e, no plano nacional, do centro do poder para baixo.

O discurso de globalização acompanha o fluxo de dados e de informação em sentido único, o que vem potencializando em dimensões extraordinárias os processos de desqualificação dos povos periféricos, com a tentativa de supressão de suas expressões culturais.

Cabe explicar como se dá a dominação no discurso da globalização. A ação se dá no sentido de caracterizar a prevalência do consumidor sobre o cidadão. Um sistema político democrático não é o mesmo que um sistema econômico orientado pelo mercado. Um consumidor não é o mesmo que um cidadão. O objetivo do discurso da globalização é a criação do consumidor ideal.

Busca-se, em paralelo, o conjunto ideal de símbolos, de temas, de mitos, e de estilos que formarão os arquétipos e os estereótipos que ditarão a moda. Há uma clara tentativa de transferir costumes dos dominantes para os dominados. Novos valores, novos símbolos, novos mitos, novos heróis. Dinossauros, tartarugas-ninjas e cavaleiros do apocalipse têm de ter curso universal. É fundamental substituir o sonho da periferia pelas imagens do fantástico. O discurso ao criar imagens alavanca, contudo, a globalização - uma falsa mundialização.

As transnacionais apoiam o discurso e financiam a propaganda e publicidade, alimentando os recursos para a dominação da mídia. Desejam a destruição do contraditório. Impõem pelo capital a ditadura de opinião e o que é mais grave coonestam a falta de espaço para a criação cultural alternativa no espaço dominado. Formulam a pesquisa de opinião como um instrumento de ética e justiça. Transformam a opinião média como padrão de cultura. Desejam o mundo diferente desde que seja igual e passível de dar escala máxima a sua produção uniformizada.

O discurso da globalização realiza, a exemplo do centro, o maior dos esforços no espaço universitário. No fundo de tudo dentro do discurso da globalização se busca criar uma relação entre o papel de uma cultura, a norte-americana e a posição particular de poder que a nação a que pertence essa cultura ocupa no cenário mundial. Há um perigo enorme nesse discurso da globalização. É o perigo do que nomeamos de monotonia cultural. A total predominância de um tipo de viver a vida, que é o norte-americano, ou de uniformização do mundo, segundo um padrão, também, norte-americano, parece repetir, em escala muito maior, o nefasto excesso de império praticado, há um século, pelos ingleses e de tão tristes conseqüências. É, portanto, extremamente relevante não só impor o contraditório no meio universitário, mas, o controle do processo de informação para se fugir ao discurso da globalização.

Ainda hoje, a identidade cultural, como a existente no mundo luso, conta com um passado comum como forma de criar solidariedade, a identidade global

não tem quaisquer lembranças para convocar a consciência formadora de um grupo. Não existe identidade global. Para se romper com esta questão e com outras que lhe cercam, para realizar a verdadeira mundialização se faz necessário qualificações especiais, que só o mundo luso possui, como já vimos.

Da análise procedida, conclui-se que:

i)- A mundialização não afetou relações primitivas. As relações centro e periferia continuam existindo e não houve mudanças nos paradigmas. A solução das questões sociais ainda passa pela sociedade industrial e para isto necessita-se da solidariedade nacional e do conceito de nação, algo que se representa sob a forma de um estado nacional moderno; e mais ainda, que cabe a esse estado prover essa sociedade de uma concepção estratégica e de vontade nacional;

ii)- No campo filosófico e cultural se faz sentir recentemente a importância de uma nova mediação na cooptação da natureza pelo homem: a informação e tanto esta forma de mediar como a ciência tem cada vez mais sido utilizada como instrumento de dominação;

iii) O discurso de globalização é um discurso de dominação; e

iv) Existe uma polarização econômica transfigurada de regionalização. O centro, hoje, exige escala e países pequenos, ou se unem em mercados maiores, em Megaestados, como é o caso da União Européia, ou estão fadados a se tornarem ou permanecerem periféricos.

Resumindo e sintetizando: a mundialização é, antes de tudo, um processo de convivência, um processo de tolerância, um processo de libertação, um processo de construção de um mundo cada vez melhor. Um processo que continua avançando, apesar do seu uso por um discurso falso, o discurso da globalização. Contudo, o seu término, ou seja, a construção de uma única pátria humana, exige tempo e um demiurgo com características especiais que, no mundo atual, reafirmamos só existe no nosso mundo, o mundo luso.

(*) Texto referente a palestra proferida em 02 de maio de 2001 na cidade do Porto por ocasião das IV Jornadas de Relações Internacionais da Universidade Lusíada.

(**) Doutor em Engenharia de Produção, na Área de Estratégia Nacional e Coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, A, Martins, 1974, *Curso de História da Civilização Portuguesa*, Porto, Editora Porto Ltda.

AZURARA, Gomes Eanes, *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné* .

BASTIDE, ROGER, 1973, *Brasil Terra de Contrastes*, São Paulo, Difusão Européia do Livro.

BERRY, B., 1969, "Review of B.M. Russet's International Regions and the International System", *Geographical Review* 59, 450-451.

BOURDON, Albert Alan, 1973 *História de Portugal*, Coimbra, Livraria Almedina.

CALLEO, D. P., 1982, *The Imperious Economy*, Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

DAEHNHARDT, Rainer, 1993, *A Missão Templária nos Descobrimentos*, Lisboa, Nova Acrópole.

- FICHTE, 1940, *O Estado Comercial Fechado*, Paris, apostilha da tradução francesa.
- FOUCAULT, M., 1980, *Power/ Knowledge*, New York, Parthenon Books.
- FREYRE, GILBERTO, 1971, *Novo Mundo nos Trópicos*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- FRIEDMAN, G. e LEBARD, M., 1991, *EUA X JAPÃO: Guerra à Vista*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- FUKUYAMA, FRANCIS, "The End of History ? ", *The National Interest*, number 16 (Summer 1989), pp 3-18.
- FURET, FRANÇOIS, 1989, *Pensar a Revolução Francesa*, Lisboa, Edições 70 Lda.
- GADDIS, JOHN LEWIS, 1982, *Strategies of Containment : A Critical Appraisal of Postwar American National Security Policy* New York , Oxford University Press.
- GARCIA, José Manuel, 1981, *História de Portugal - uma visão global*, Lisboa, Editorial Presença.
- GILPIN, R., 1987, *The Political Economy of International Relations*, Princeton, N.J., Princeton University Press.
- GONÇALVES, REINALDO, 1994, *O Abre Alas A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Editora Relume Dumará.
- GRAMSCI, ANTONIO, 1995, *Concepção Dialética da História*, Editora Civilização Brasileira S.A.
- HEGEL, G.W. F, 1986., *Introdução à Filosofia da História*, Rio de Janeiro, Editora Tecnoprint
- KISSINGER, HENRY, 1994, *Diplomacy*, New York, Simon and Schuster.
- LANDES, DAVID S., 1994, *Prometeu Desacorrentado*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.
- LANDES, DAVID S., 1998, *Riqueza e a Pobreza das Nações*, Rio de Janeiro, Editora Campus.
- LENCASTRE E TÁVORA, Luiz, 1994, *Colombo, a Cabala e o Delírio*, Lisboa, Quentzal Editores.
- LIPPMANN, WALTER, 1943, *U.S. Foreign Policy: Shield of the Republic*, Boston, Little, Brown.
- LIST, F., 1983, *Sistema Nacional de Economia Política, Coleção Os Economistas*, São Paulo, Abril Cultural.
- LODGE, J., 1993, *The European Community and the Challenge of the Future*, London, Pinter.
- MARQUES, A, H. de Oliveira. , 1975, *História de Portugal*, Lisboa, Palas Editores
- MATTOSO, José (org.), *História de Portugal* . Vols. 2 e 3. Lisboa: Editorial Estampa.
- MORGENTHAU, HANS J., 1951, *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*, New York, Knopf.
- NIEBUHR, R. e HEIMERT A., 1963, *A Nation so Conceived*, New York, Charles Scriber's Sons.
- NYE, J.S., JR., 1990, *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, New York, Basic Books.
- SARAIVA, José Hermano, 1979, *Pequena História das Grandes Nações*, São Paulo: Círculo do Livro.
- SCHUMPETER, J. A., 1954, *History of Economic Analysis*, New York, Oxford University Press
- SCHWEIZER, PETER, 1994, *Victory*, New York, The Atlantic Monthly Press.
- SÉRGIO, Antonio, 1972, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.

- SPYKMAN, NICHOLAS J., 1942, *America's Strategy in World politics: The United States and the Balance of Power*, New York, Harcourt, Brace.
- STRANGE, S., 1988, *States and markets*, New York, Basil Blackwell.
- TAYLOR, G.H., 1955, *Economics and Liberalism, Collected Papers*, Cambridge, Harvard University Press
- TOURAINÉ, MARISOL, 1995, *Le Bouleversement du Monde Geopolitique du XXIe Siécle*, Paris, Editions du Seuil.
- URE, John, 1985, *Dom Henrique o Navegador*, Brasília, Editora UNB.